

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 83

Data: 24 de Junho de 1983

Pg.: \_\_\_\_\_

**Lucio Flavio Pinto**

### 1468 O custo do Projeto Jari

Apos uma intensiva — mas dispersiva — passagem pelo noticiário da imprensa no mês passado, o Projeto Jari retomará a ofensiva propagandística na próxima semana, quando dois ministros — do Interior e dos Assuntos Fundiários — o visitarão. Será uma boa comemoração, embora com certo atraso, para o primeiro ano em que o empreendimento é conduzido por uma corporação de 23 dos maiores grupos econômicos nacionais, sucessores do milionário norte-americano Daniel Ludwig.

Apesar das reportagens, a opinião pública ainda não dispõe de um balanço satisfatório sobre as condições reais da transição e a gestão nos últimos 14 meses do Projeto Jari. Mas volta a sofrer o impacto de surpresas desagradáveis. Ao que parece, o Jari vai continuar onerando pesadamente o Tesouro Nacional, embora a opção de compra tenha sido feita pela privatização. A estatização, uma hipótese perfeitamente factível na ocasião da venda, foi afastada como algo herético. Ao Estado, porém, continuarão sendo delegados os encargos de custeio e investimento.

A Companhia do Jari enfrenta diversos problemas, todos sérios. Um dos menores é o operacional, embora assustador. O prejuízo operacional da empresa no ano passado, após maquilagens contábeis, foi de nove bilhões de cruzeiros. Não é pouco, evidentemente, mas é apenas a quarta parte do "déficit" real, que não pesa tanto porque todo o custo financeiro foi repassado ao Banco do Brasil, em troca de ações preferenciais sem direito a voto. O banco fica com os encargos mais pesados, porém não tem qualquer tipo de participação na administração da empresa. Já o grupo Antunes, que só possui 40% das ações, é plenipotenciário. Coisas do arranjo jurídico urdido para a transação de compra e venda.

Mesmo sem conseguir ainda equilibrar a despesa à receita, principalmente por causa da vertiginosa queda dos preços da celulose no mercado internacional, o maior ônus da Jari ainda são os empréstimos. É notório que Daniel Keith Ludwig enriqueceu girando o dinheiro dos outros, que multiplicava com sua notável capacidade gerencial. Fiel a essa bem-sucedida tradição, ele quis implantar o Jari com base em pesados financiamentos. Mas o choque dos juros abalou seu monumental projeto. Mesmo numa hipótese ideal de faturamento, a Jari não conseguiria pagar os custos industrial e finan-

ceiro. Desabaria se não fosse providencialmente amparada pelas muletas estatais.

Dos 750 milhões de dólares investidos no Jari até Ludwig repassá-lo aos empresários brasileiros, apenas 179 milhões eram realmente capital de risco. Seria esse, teoricamente, o prejuízo bruto do milionário. Mas sua Universe Tapnkships Incorporated emprestou 279 milhões de dólares à empresa-irmã da Amazônia. Deve receber os juros correspondentes, sem falar nos rendimentos que as partes do fundador propiciarão a Ludwig quando (e se) a Jari apesentar lucros (ademais, graças à operação triangular, ele poderá ganhar mais de US\$ 300 milhões com a venda da jazida de bauxita do Trombetas).

O total dos empréstimos do Jari quando de sua nacionalização atingia US\$ 526 milhões, dos quais US\$ 279 milhões devidos a UTI e US\$ 218 milhões à Ishkawajima-Harima, que construiu a fábrica de celulose e a usina de energia. Alegando irritação com a falta de apoio das autoridades brasileiras, Ludwig não pagou a parcela devida à IHI que venceria em janeiro do ano passado. A transferência do controle acionário foi apressada e o Banco do Brasil honrou o compromisso. Pagou também as duas prestações seguintes, recebendo em contrapartida as simbólicas ações preferenciais (dólar trocado por papel puro, graças à lógica do neocapitalismo à brasileira).

Mas a parcela que vencerá a 31 de julho ainda não foi paga. Trágico: o Banco do Brasil não tem dólares para entregar à IHI, que do Japão já manifestou sua inquietação numa época em que o país não pode ver ninguém acenar essas cobranças sem sentir calafrios. Como o Banco do Brasil, levado à anemia cambial pela sangria da dívida externa, que o tem colocado em situação vexatória diante da comunidade financeira internacional, não pode pagar a próxima parcela, cresce a pressão para que o BNDES o substitua nesse nada atraente encargo de ceder dólar em troca de papel. Quantos milhões o BNDES precisará despejar na Jari até que a empresa esteja livre do ônus que Ludwig assumiu, quando não pôde ou não conseguiu prever a ascensão astronômica do custo do dinheiro?

Não se sabe. A história desta transação é como um jogo de pôquer: os jogadores precisam esconder seus lances e uma carta valiosa só é mostrada quando alguém paga para ver. Por enquanto, apenas o Estado tem pago e visto. Mas, se realmente viu, não repassou o que viu à sociedade. Ela espanta-se quando é informada de que a dívida externa atual do Projeto Jari é de 230 milhões de dólares (quase 130 bilhões de cruzeiros) e que só neste ano vencem US\$ 30 milhões, ainda não pagos. Querem que o governo pague. O governo diz que não tem reservas, mas ameaça pagar. Ameaça que atinge o bolso do contribuinte. Pior para ele se a quantia devida é ainda maior do que a revelada.